



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

**LEI Nº 6.966, de 21 de novembro de 2.025.**

**DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EQUIPOTÊNCIA ENTIDADE FILANTRÓPICA E ASSISTENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **Câmara Municipal de Mogi Mirim** aprovou e o Prefeito Municipal **DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA** sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a permitir o uso, a título gratuito, à Organização da Sociedade Civil **EQUIPOTÊNCIA ENTIDADE FILANTRÓPICA E ASSISTENCIAL**, inscrita no CNPJ nº 54.673.611/0001-20, estabelecida à Rua Nelson Vital do Prado, nº 108, Jardim Helena, Município e Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, dos bens móveis descritos nesta Lei, adquiridos com recursos oriundos de Emenda Parlamentar Federal-GND 4, Programação nº 353080520230006, destinados ao fortalecimento de suas atividades assistenciais.

Parágrafo único. Os bens de que dispõe o *caput* deste artigo são os relacionados na tabela abaixo:

| Item   | Quantidade |
|--|------------|
| Aparelho de Ar Condicionado - 12.000 BTUS        | 4          |
| Aparelho de Ar Condicionado - 36.000 BTUS        | 5          |
| Aparelho de Ar Condicionado - 60.000 BTUS        | 1          |
| Geladeira Industrial                             | 1          |
| Armário alto em aço com 2 portas e 4 prateleiras | 5          |
| Cadeira fixa pé palito                           | 70         |
| Conjunto refeitório                              | 6          |
| Estante em aço com 6 prateleiras                 | 3          |
| Mesa sextavada                                   | 3          |
| Automóvel  | 1          |

Art. 2º A permissão de uso de que trata esta Lei será formalizada por meio de Acordo de Cooperação, observado o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, bem como as demais normas pertinentes.

Art. 3º A permissão de uso dos bens referidos nesta Lei terá prazo determinado de 5 (cinco) anos, prorrogável por igual período mediante autorização legislativa e justificativa de interesse público, observados os requisitos previstos na Lei Orgânica do Município, especialmente o disposto no art. 114, § 2º.



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Parágrafo único. Decorrido o prazo da última prorrogação e constatado pelo órgão municipal competente que os bens ainda se encontram em condições de uso e continuam sendo empregados nas atividades assistenciais da entidade, poderá o Município, mediante autorização legislativa específica, proceder à doação definitiva dos bens à Organização da Sociedade Civil beneficiária, incorporando-os ao seu patrimônio, desde que justificado o interesse público e social.

Art. 4º Os bens cedidos permanecerão sob a propriedade do Município de Mogi Mirim, vedada sua alienação, transferência ou desvio de finalidade, sob pena de revogação da permissão e responsabilização da entidade beneficiária.

Art. 5º A entidade beneficiária deverá manter os bens em bom estado de conservação e prestar contas de sua utilização ao Município, no prazo e condições definidos no Acordo de Cooperação.

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social fiscalizar a correta utilização dos bens cedidos, verificando o cumprimento da finalidade pública e das condições estabelecidas no Acordo de Cooperação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Mogi Mirim, 21 de novembro de 2025.

**DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA**

Prefeito Municipal

**REGINA CÉLIA S. BIGHETI**

Coordenadora – Gabinete do Prefeito

**Projeto de Lei nº 161/2025**

**Autoria: Prefeito Municipal**

**Publicado (a) no Órgão Oficial  
do Município**

**Jornal Oficial de Mogi Mirim**

**em sua edição de:**

22 / 11 / 25





GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

**TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EQUIPOTÊNCIA ENTIDADE FILANTRÓPICA E ASSISTENCIAL, VISANDO À PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DE EMENDA PARLAMENTAR FEDERAL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 6.966/2025.**

**O MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Doutor José Alves, nº 129, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 45.332.095/0001-89, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **DR. PAULO DE OLIVEIRA SILVA**, doravante denominado simplesmente **PERMITENTE**, e a **EQUIPOTÊNCIA ENTIDADE FILANTRÓPICA E ASSISTENCIAL**, Organização da Sociedade Civil, inscrita no CNPJ sob o nº 54.673.611/0001-20, com sede à Rua Nelson Vital do Prado, nº 108, Jardim Helena, Município e Comarca de Mogi Mirim, neste ato representada por sua Presidente **ALINE APARECIDA ROCHA**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, que se regerá pelas disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, do art. 114 da Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, da Lei Municipal nº 6.966/2025, e pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo tem por objeto a permissão de uso, a título gratuito, dos bens móveis descritos no Anexo I, de propriedade do Município de Mogi Mirim, adquiridos com recursos provenientes de Emenda Parlamentar Federal – GND 4 (Programação nº 353080520230006), para utilização pela **PERMISSIONÁRIA** no desenvolvimento de suas atividades assistenciais.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE**

A permissão de uso tem por finalidade viabilizar o adequado funcionamento das atividades sociais, educacionais e assistenciais desempenhadas pela **PERMISSIONÁRIA**, voltadas ao atendimento da comunidade mogimiriana, sem fins lucrativos e em conformidade com seus objetivos estatutários.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

O prazo de vigência do presente Termo será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado, mediante justificativa de interesse público e autorização legislativa, observadas as disposições da Lei Orgânica Municipal e da legislação aplicável.

## **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA**

A **PERMISSIONÁRIA** se obriga a:

I – utilizar os bens exclusivamente para os fins previstos neste Termo e em conformidade com a Lei Municipal nº 6.966/2025;



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

- II – zelar pela boa conservação, guarda e manutenção dos bens cedidos;
- III – não transferir, ceder, emprestar, alienar ou modificar o uso dos bens sem prévia e expressa autorização do Município;
- IV – permitir, sempre que solicitada, a fiscalização dos bens pela Secretaria Municipal de Assistência Social e demais órgãos de controle interno e externo;
- V – comunicar imediatamente ao Município qualquer dano, extravio, furto ou inutilização dos bens;
- VI – apresentar relatórios de utilização e conservação dos bens, conforme disposto na Lei Municipal nº 6.966/2025

## CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Compete ao **MUNICÍPIO**:

- I – entregar à **PERMISSIONÁRIA** os bens descritos no Anexo I, mediante termo próprio de entrega, guarda e responsabilidade provisório;
- II – manter registro atualizado dos bens cedidos;
- III – exercer, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, a fiscalização quanto à correta utilização e conservação dos bens;
- IV – promover, quando necessário, auditorias ou vistorias técnicas.

## CLÁUSULA SEXTA – DA PROPRIEDADE DOS BENS

Os bens objeto deste Termo permanecem sob a propriedade do Município de Mogi Mirim, sendo vedada sua alienação ou uso para finalidade diversa da prevista neste instrumento.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVOGAÇÃO E RESCISÃO

O presente Termo poderá ser revogado ou rescindido, a qualquer tempo, nas seguintes hipóteses:

- I – por interesse público devidamente justificado;
- II – pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas e condições aqui estabelecidas;
- III – pelo uso inadequado ou desvio de finalidade dos bens;
- IV – por solicitação da **PERMISSIONÁRIA**, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias;





GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

V – por extinção da entidade ou perda de sua qualificação jurídica.

Em caso de rescisão, a **PERMISSIONÁRIA** deverá restituir todos os bens ao Município, em perfeito estado de conservação, salvo desgaste natural decorrente do uso regular.

## CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

§ 1º A **PERMISSIONÁRIA** deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Assistência Social, relatório anual contendo:

I – descrição das atividades realizadas com o uso dos bens;

II – estado de conservação e funcionamento dos equipamentos;

III – declaração de que os bens permanecem em uso exclusivo para as finalidades deste Termo.

§ 2º A Secretaria Municipal de Assistência Social poderá realizar visitas técnicas e inspeções *in loco* para verificação das informações prestadas.

§ 3º O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a revogação do Termo e a imediata restituição dos bens ao Município.

## CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

A Secretaria Municipal de Assistência Social exercerá a fiscalização sobre a utilização dos bens cedidos, podendo requisitar documentos, realizar vistorias e exigir relatórios de uso, conforme dispõe o art. 6º da Lei Municipal nº 6.966/2025.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE

A **PERMISSIONÁRIA** responderá integralmente por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados aos bens cedidos, bem como por eventuais responsabilidades civis, administrativas ou criminais decorrentes de sua utilização inadequada.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

§ 1º A assinatura deste Termo não implica qualquer repasse financeiro, subvenção ou obrigação de natureza pecuniária por parte do Município.

§ 2º Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes, observada a legislação aplicável.

§ 3º O presente Termo será publicado em extrato no Jornal Oficial do Município, para fins de transparência e publicidade dos atos administrativos.



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

E, por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Mogi Mirim, 21 de novembro de 2025.

**PERMITENTE:**

**MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM**  
**DR. PAULO DE OLIVEIRA SILVA**  
Prefeito Municipal

**PERMISSIONÁRIA:**

**EQUIPOTÊNCIA ENTIDADE FILANTRÓPICA E ASSISTENCIAL**  
**ALINE APARECIDA ROCHA**  
Presidente

**Testemunhas:**

1. Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

2. Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

## ANEXO I – Relação de bens cedidos

| Item | Descrição  | Quantidade |
|------|--|------------|
| 1    | Aparelho de Ar Condicionado – 12.000 BTUs        | 4          |
| 2    | Aparelho de Ar Condicionado – 36.000 BTUs        | 5          |
| 3    | Aparelho de Ar Condicionado – 60.000 BTUs        | 1          |
| 4    | Geladeira Industrial                             | 1          |
| 5    | Armário alto em aço com 2 portas e 4 prateleiras | 5          |
| 6    | Cadeira fixa pé palito                           | 70         |
| 7    | Conjunto refeitório                              | 6          |
| 8    | Estante em aço com 6 prateleiras                 | 3          |
| 9    | Mesa sextavada                                   | 3          |
| 10   | Automóvel  | 1          |